



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TOMADA DE CONTAS

(CFOTC):

PARECER Nº 56, de 04 de julho de 2023.

OBJETO: Projeto de Lei Ordinária nº 92/2023, que “Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial até o limite de R\$ 6.297.477,69 (seis milhões, duzentos e noventa e sete mil, quatrocentos e setenta e sete reais e sessenta e nove centavos), destinados ao serviço de substituição de luminárias convencionais por LED, junto ao orçamento municipal de 2023, no âmbito da Secretaria Municipal de Agricultura, Ambiente e Mobilidade Urbana e dá outras providências”.

AUTORIA: PREFEITO EDSON TEIXEIRA FILHO

I-RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, que objetiva a autorização para abertura de Crédito Adicional Especial, no âmbito da Secretaria Municipal de Agricultura, Ambiente e Mobilidade Urbana, destinado ao serviço de substituição de luminárias convencionais por luminárias de LED.

Vem a esta comissão, para parecer, projeto em epígrafe, com base no artigo 42 do Regimento Interno que relata:

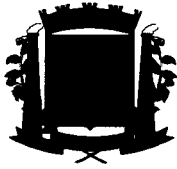
“Art. 42. Compete a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, manifestar-se dentre outros, sobre os seguintes assuntos:

I - plano plurianual de investimentos;

II -diretrizes orçamentárias;

III -orçamento anual;

IV -crédito adicional;



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

V - contas públicas;

VI - prestação de Contas;

VII -planos e programas municipais;

VIII - acompanhamento dos custos das obras e serviços;

IX -fiscalização de investimentos;

X - tributos em geral;

XI - repercussão financeira das proposições;

XII - matérias relativas à fiscalização no controle dos atos da administração pública municipal, bem como o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades administrativas da Prefeitura e da Administração indireta

XIII -patrimônio público municipal;

XIV - alienação de bens públicos;

XV – patrimônio histórico, artístico, cultural e natural;

XVI - realizar relatório inicial do julgamento de contas do Prefeito".

II- FUNDAMENTAÇÃO

A Lei Federal nº 4.320, de 1964, que versa sobre normas gerais de direito financeiro, estabelece que os créditos especiais se destinam a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. Dispõe, ainda, a referida norma, em seu art. 42, que os créditos serão autorizados por lei e abertos por decreto. Além disto, o art. 40 e art.41 II da referida lei, dizem:

“Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento"

"Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

(...)

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica".

A Constituição da República estabelece, em seu art.167, inciso V, que é vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes:

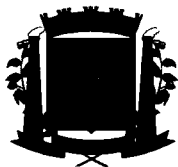
"Art.167. São vedados:

(...)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;"

De acordo com a mensagem, anexada ao projeto, a substituição da iluminação pública com o uso das lâmpadas de LED (Light Emitting Diode) contribuirá para a melhoria da segurança pública, qualidade com baixo custo, inclusive de custeio e manutenção, durabilidade e melhor performance e eficácia. A iniciativa é utilizada pela Prefeitura nas ruas mais centrais e acessos à cidade e o objetivo da presente proposição é substituir todos os pontos de iluminação pública nos próximos meses (aproximadamente 11 mil pontos) e, em breve, estender aos distritos e povoados.

Importante destacar que no artigo 2º é dito que “os créditos adicionais especiais abertos pelo artigo anterior serão cobertos com recursos de Superávit Financeiro apurado no exercício de 2022 (...)”.



III-CONCLUSÃO

Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Pelas razões expostas, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 92/2023.

Ubá, 04 de julho de 2023.


VEREADOR JOSÉ MARIA FERNANDES
RELATOR

MANIFESTAÇÃO DO(A) RELATOR(A):



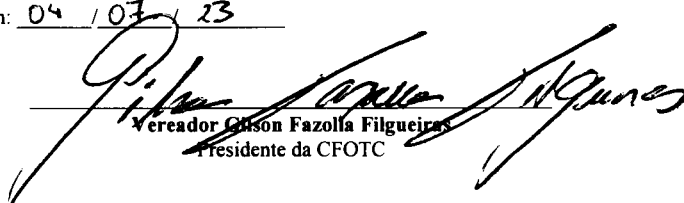
Aprovado



Rejeitado

Por: TODOS

Em: 04 / 07 / 23


Vereador Gilson Fazolla Filgueiras
Presidente da CFOTC